



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2024

Processo Administrativo n.º 019/2024

Torna-se público que a Câmara Municipal de Jaguapitã, por meio do Município de Jaguapitã, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Link da sessão: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL - www.bll.org.br

Recebimento das Propostas: A partir do dia 04/09/2024 às 09h00m até 10/09/2024 às 08h50m.

Data da Sessão de Disputa: 10/09/2024 das 09h00m às 15h00m.

Referência do Horário: Horário de Brasília.

Critério de Julgamento: Menor Preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA COM FIBRA ÓPTICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL.”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela de itens constante abaixo:

ITEM	DISCRIM.	QUANT.	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Mês	12	SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA FIBRA ÓPTICA 100 MB FULL	454,92	5.459,04



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

			CORPORATIVA E DEDICADA COM TAXA DE 100 MB DE DOWNLOAD 100 MB DE UPLOAD COM GARANTIA DE BANDA DE 100% (INSTALADO E ATIVADO), ENTREGUES VIA FIBRA ÓPTICA NO RACK DE TELECOMUNICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, COM 1 IP PÚBLICO FIXO IPV4 UTILIZÁVEL A SER FIXADO NO EQUIPAMENTO DA CONTRATANTE. (INCLUSO OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO).		
			VALOR TOTAL GLOBAL		R\$ 5.459,04

1.3. Valor Global **R\$ 5.459,04** (cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 2.1. A participação no presente edital de dispensa eletrônica se dará mediante ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, disponível no endereço eletrônico www.bll.org.br.
- 2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 3.9.6. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.9.7. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 09h00m da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$0,01.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. *Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:*
 - 5.7.1. *para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobre preço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;*
 - 5.7.2. *serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.*
 - 5.7.3. *será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.*
- 5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e deverão ser anexadas na plataforma de disputa, e serão analisados apenas a documentação do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado¹ (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
 - 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O FORNECEDOR poderá ser penalizado com:
- 8.2.1. Advertência;
 - 8.2.2. Multa;
 - 8.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município;
- 8.3. Poderão ser aplicadas as seguintes multas:
- 8.3.1. de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - 8.3.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior a 30 (trinta) dias corridos;
 - 8.3.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega do objeto, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do Município.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 8.3.2. de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
- 8.3.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pelo FORNECEDOR ou nos casos de cancelamento da ata ou rescisão do contrato, calculadas sobre a parte inadimplida;
- 8.4. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata pela sua inexecução total.
- 8.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.
- 8.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total da ata, fica facultado ao Município reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento do contrato.
- 8.7. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município, sendo o dano superior ao percentual referido.
- 8.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido ao FORNECEDOR.
- 8.9. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 8.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 8.11. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório ao FORNECEDOR.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, disponível no endereço eletrônico www.bll.org.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.2.1. Apêndice Do Anexo II - Estudo Técnico Preliminar

9.13.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

9.13.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato

Jaguapitã, 03 de setembro de 2024.

MARCELO DA SILVA QUENUPE

Presidente da Câmara Municipal de Jaguapitã



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 1.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 1.9 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 3.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social;
 - 3.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - 3.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 3.2.3 Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

3.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 3.3.1 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de *10(dez) por cento*, do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- 3.3.2 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da contratação refere-se à “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA COM FIBRA ÓPTICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL**”, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no **Processo Administrativo nº 19/2024** e no presente Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Essa contratação de empresa especializada em internet se faz necessária, pois, esses serviços são imprescindíveis para essa Casa Legislativa, seu uso é constante e há necessidade desses serviços para bom andamento dos trabalhos.

2.2. É necessário para atender à demanda de envio de informações das atividades realizadas em ambiente web.

2.3. Essas atividades incluem tarefas diárias de consultas, tramitações, envio de documentos digitalizados, criação de documentos eletrônicos com anexos, área de Servidor/Intranet, Sistema de Gestão Pública, acesso aos sistemas externos da Administração Pública (Portal da Transparência, e-SIC), acesso a cursos e treinamentos online, dentre outros.

2.4. Estas e outras atividades dependem de acesso à internet, rápido, seguro, estável e de boa qualidade.

2.5. Assim, é totalmente necessário que a Câmara Municipal contrate esses serviços para que possamos realizar todas as tarefas relativas a este Órgão de forma satisfatória.

3. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO DO OBJETO



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 3.1.** O prazo para entrega dos equipamentos e realização dos serviços para recebimento de Internet, deverá ser em até 10 (dez) dias úteis, após assinatura do Contrato.
- 3.2.** A entrega de todos os serviços e equipamentos deverá ser realizada sem qualquer despesa para a Câmara Municipal, tais como: impostos, frete, seguro e quaisquer outras despesas inerentes à entrega do objeto.
- 3.3.** A instalação dos equipamentos e execução dos serviços será no prédio da Câmara Municipal (anexo) a Casa da Cultura, na Rua Amazonas nº 60, Centro, no período de segunda a sexta durante o horário de expediente das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m, em dias úteis.
- 3.4.** Os serviços serão realizados com acompanhamento da Comissão de Recebimento de Materiais, Bens, Serviços e Obras, bem como do Técnico (TI) da Câmara Municipal.
- 3.5.** A Comissão de Recebimento de Materiais, Bens, Serviços e Obras e o Técnico (TI) da Câmara Municipal, se reserva no direito de suspender o recebimento dos serviços se estiverem sendo executados em desacordo com o objeto dessa contratação.
- 3.6.** Os serviços deverão ser entregues e realizados de acordo com a quantidade e as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 3.7.** O objeto dessa Contratação deve-se fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, contendo em local de fácil visualização a indicação do Banco, Agência e Conta para recebimento do valor contratado.
- 3.8.** A empresa Contratada fica sujeita a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, em se enquadrando, nas disposições constantes nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, atualizada pela Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho 2023 e alterações e o Decreto Municipal de Jaguapitã-PR nº 008/2024.
- 3.9.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 4.1. Atender as informações e especificações descritas no objeto.
- 4.2. A CONTRATADA possibilitará a fiscalização pelo TI (Técnico de Informática) da CONTRATANTE quanto a execução dos serviços.
- 4.3. A CONTRATADA compromete-se a cumprir o estabelecido.
- 4.4. **Infraestrutura e Tecnologia:**
 - 4.4.1. A CONTRATADA deve possuir uma infraestrutura robusta e moderna, capaz de fornecer internet de alta velocidade e confiabilidade;
 - 4.4.2. Fornecer serviço de linhas de comunicação em tecnologia em fibra ótica, incluindo todos equipamentos, instalações ou outros serviços necessários que permita o tráfego de dados, com as respectivas velocidades solicitadas;
 - 4.4.3. Fornecer e instalar (interna e externamente) todo o meio físico necessário para o perfeito funcionamento dos serviços, incluindo todos os equipamentos para implementar os serviços de comunicação de dados;
 - 4.4.4. A CONTRATADA deve utilizar tecnologias de última geração, internet com alta velocidade e estabilidade, com fibra ótica, para garantir a qualidade do serviço prestado.
 - 4.4.5. A CONTRATADA deve ter capacidade para atender à demanda de internet da Câmara, incluindo picos de utilização.
 - 4.4.6. Fornecer o ponto concentrador da rede, no Centro de Processamento de Dados da CONTRATANTE;
 - 4.4.7. Efetuar testes de verificação de qualidade da conexão, sempre que houver solicitação do CONTRATANTE, sem custos adicionais;
 - 4.4.8. Utilizar a tecnologia necessária com as velocidades especificadas para a rede;
 - 4.4.9. Providenciar a instalação de todo o cabeamento necessário, inclusive entre o quadro de distribuição interno e os equipamentos de sua propriedade.
 - 4.4.10. A CONTRATADA deverá ainda identificar o cabo lógico utilizado para a conexão ao seu equipamento;
 - 4.4.11. Responsabilizar-se-á integralmente pela realização de qualquer serviço ou obra de infraestrutura, tanto externa quanto internamente ao edifício do CONTRATANTE, bem como aquisição de qualquer material ou equipamento necessário para levar o circuito até a sala e o rack disponibilizada pela CONTRATANTE.
- 4.5. **Segurança e Suporte:**



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

4.5.1. A CONTRATADA deve oferecer suporte técnico especializado 24 horas por dia, 7 dias por semana, para solucionar problemas técnicos e auxiliar os servidores na utilização da internet.

4.5.2. Garantir sigilo e inviolabilidade das informações que eventualmente possa ter acesso durante os procedimentos de instalação e manutenção de seus equipamentos, bem como durante a operação dos serviços.

4.6. Condições Comerciais

4.6.1. A CONTRATADA deve oferecer um preço competitivo pelo serviço prestado.

4.6.2. A CONTRATADA firmará Contrato com a Câmara com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado se for vantajoso para administração pública, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal (10 anos), desde que haja previsão no Edital.

4.6.3. Manter a regularidade das condições de habilitação durante todo o Contrato.

4.6.4. Contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido.

5. DO VALOR MÁXIMO

5.1. O custo estimado e **VALOR MÁXIMO GLOBAL** para essa contratação é de **R\$ 5.459,04** (cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).

5.2. Para esta contratação, foram elaboradas cotações detalhando os serviços de internet a serem contratados, incluindo descrição, quantidades, preços unitários e valor total estimado.

ITEM	DISCRIM.	QUANT.	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Mês	12	SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA FIBRA ÓPTICA 100 MB FULL CORPORATIVA E DEDICADA COM	454,92	5.459,04



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

			TAXA DE 100 MB DE DOWNLOAD 100 MB DE UPLOAD COM GARANTIA DE BANDA DE 100% (INSTALADO E ATIVADO), ENTREGUES VIA FIBRA ÓPTICA NO RACK DE TELECOMUNICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, COM 1 IP PÚBLICO FIXO IPV4 UTILIZÁVEL A SER FIXADO NO EQUIPAMENTO DA CONTRATANTE. (INCLUSO OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO).		
			VALOR TOTAL GLOBAL		R\$ 5.459,04

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1. O pagamento decorrente da entrega e execução de serviços, objeto deste processo licitatório, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da execução dos serviços e aprovação do TI (Técnico de Informática) da Câmara Municipal, após a apresentação da respectiva Nota fiscal, devidamente atestada e aprovada pelo setor competente.

6.2. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND/INSS).

6.3. Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será susinado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 6.4.** Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 6.5.** A Câmara Municipal de Jaguapitã não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 6.6.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 6.7.** A empresa CONTRATADA fica sujeita a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, em se enquadrando, nas disposições constantes da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, atualizada pela Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho 2023 e alterações e o Decreto Municipal de Jaguapitã-PR nº 008/2024.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

- 7.1.** Obrigações e responsabilidades comuns da CONTRATADA e da CONTRATANTE.
- 7.2.** Executar, em conjunto, testes de aceitação dos Serviços, no momento da ativação dos serviços pela CONTRATADA.
- 7.3.** Documentar as comunicações entre as Partes sempre por escrito e quando verbais, por razões de ordem prática ou de caráter urgente, confirmar por escrito dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1.** Prover o serviço de Interconexão à rede mundial Internet, conforme os requisitos estabelecidos pela CONTRATANTE:
- 8.1.1.** As atuações da CONTRATADA, inclusive para correções de falhas, restringem-se à sua infraestrutura de telecomunicações a Rede de Serviços até a interface física, não abrangendo falhas ou configurações inadequadas na infraestrutura ou sistemas da CONTRATANTE.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

- 8.1.2.** Atender às reclamações da CONTRATANTE sobre falhas e corrigir em até 10 (dez) horas, sem ônus à CONTRATANTE, desde que os danos causados não sejam de responsabilidades desta;
- 8.1.3.** Fornecer e substituir, em caso de necessidade, as peças defeituosas dos equipamentos de sua propriedade e efetuar os necessários ajustes, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que os danos causados não sejam de responsabilidade desta;
- 8.1.4.** Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a necessidade de promover modificações nos equipamentos de sua propriedade, modificações estas que não acarretarão ônus para a CONTRATANTE;
- 8.1.5.** A CONTRATADA não será responsável por acessos não autorizados a facilidade elou equipamentos da CONTRATANTE ou por alteração, furto, roubo ou destruição de equipamentos dos arquivos de dados, programas, procedimentos ou informações da CONTRATANTE;
- 8.1.6.** A CONTRATADA não será responsável por quaisquer perdas, danos, consequências ou quaisquer outros danos indiretos sob égide da CONTRATANTE.
- 8.1.7.** A CONTRATADA garante a alocação exclusiva da Velocidade Garantida em todos os horários de utilização do serviço de acesso à rede mundial IP pela CONTRATANTE;
- 8.1.8.** A CONTRATADA deverá arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, cessão de veículos para deslocamento do funcionário para a realização dos serviços, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado.
- 8.1.9.** Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATADA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado.
- 8.1.10.** A CONTRATADA deverá obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança, internas e externas, a dotadas pelo CONTRATANTE, além das cláusulas específicas constantes deste instrumento.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

8.1.11. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar as políticas de Segurança da Informação e de Controle de Acesso da Câmara Municipal.

8.1.12. Em tudo agir segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

8.1.13. Apresentar a competente Nota Fiscal eletrônica, no momento adequado, e para o recebimento de seu crédito.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Permitir o acesso de empregados ou prepostos da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados, para a fiscalização das quantidades dos serviços em operação e em cobrança, manutenção e conservação dos equipamentos da propriedade da CONTRATADA;

9.2. Prover, instalar e manter a infraestrutura necessária ao serviço contratado, incluindo configurações de seus equipamentos da rede interna, reservando área para instalação dos equipamentos de conexão da CONTRATADA, bem como fornecimento de energia para os equipamentos ali instalados, às suas expensas.

9.3. Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade observada no serviço contratado, sendo que o prazo previsto em **8.1.2.** terá seu início a contar do recebimento desse comunicado pela CONTRATADA.

9.4. Não alterar, ajustar ou efetuar reparos nos serviços. Caso tais alterações, ajustes ou reparos sejam efetuados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta de qualquer responsabilidade ou obrigação, incluindo quaisquer obrigações de garantia ou indenização perante a CONTRATANTE, referentes aos serviços, e a CONTRATANTE será responsável perante a CONTRATADA pelos custos ou perdas e danos por ela incorridos.

9.5. Comunicar imediatamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade observada que possa comprometer o desempenho do Serviço.

9.6. O provimento de acesso à Rede Mundial Internet, pela CONTRATADA, não inclui mecanismos da segurança lógica da rede da CONTRATANTE, sendo de



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

responsabilidade desta a preservação de seus dados, as restrições de acesso e o controle de violação.

9.7. A conexão do serviço de Internet com outros serviços de telecomunicações deverá ser efetuada em conformidade com a regulamentação de telecomunicações expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

9.8. Acompanhar a Contratada, a fim de atestar a correta entrega e realização dos serviços;

9.9. Fiscalizar o Contrato de acordo com o Art. 115 (Da Execução dos Contratos) da Lei 14.133/2021, através dos Servidores da Câmara, Ivan Takemoto (Técnico de Informática) Fiscal e André Luís de Mello (Suplente), a execução do objeto contratual, não eximindo a CONTRATADA da integral responsabilidade pela observância do objeto do Contrato.

9.10. Fornecer condições básicas para a CONTRATADA efetuar a prestação dos serviços de acordo com o objeto solicitado.

9.11. Efetuar o pagamento de acordo com os prazos e valores estipulados no respectivo Termo de Referência;

9.12. Notificar, por quaisquer meios idôneos, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições ou irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência do objeto licitatório.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da aquisição e execução dos serviços, objeto desta contratação, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

11.1.1. **01.10.2.001.3.3.90.40.00.00** – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA – **Natureza Específica** - **3.3.90.40.97.00** – DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. O VALOR MÁXIMO TOTAL GLOBAL para essa contratação é de **R\$ 5.459,04** (cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).

12.2. Nos valores propostos deverão estar inclusos os equipamentos, materiais, mão de obra e todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo de valor aos serviços incorretamente cotados ou encargo que não esteja incluso na proposta.

Jaguapitã-PR, 22 de agosto de 2024

Eliana Beatriz Marioto Sandoli

Responsável pelo Setor de Licitação



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

APÊNDICE DO ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

UNIDADE REQUISITANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

1.1. Contratar empresa para prestação de serviços de Interconexão à rede mundial, internet banda larga, através de fibra ótica incluindo todos os equipamentos, instalações, ativação, configuração e outros serviços necessários para o seu funcionamento, na Câmara Municipal.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A contratação de empresa especializada em internet se faz necessária, pois, esses serviços são imprescindíveis para essa Casa Legislativa, seu uso é constante e há necessidade desses serviços para bom andamento dos trabalhos.

2.2. A internet é necessária para difundir o acesso e uso de bens e serviços das tecnologias de informação e comunicação.

2.3. A contratação do objeto, é em virtude de que a maioria dos serviços essenciais às operações administrativas, contábeis, jurídicas legislativas dependem do acesso à internet.

2.4. É necessário para atender à demanda de envio de informações das atividades realizadas em ambiente web.

2.5. Essas atividades incluem tarefas diárias de consultas, tramitações, envio de documentos digitalizados, criação de documentos eletrônicos com anexos, área de Servidor/Intranet, Sistema de Gestão Pública, acesso aos sistemas externos da Administração Pública (Portal da Transparência, e-SIC), acesso a cursos e treinamentos online, dentre outros.

2.6. Estas e outras atividades dependem de acesso à internet, rápido, seguro, estável e de boa qualidade

2.7. Portanto, é totalmente necessário que a Câmara Municipal esteja "interligada", com os serviços de Internet com conexão à rede mundial, para que possamos realizar todas as tarefas relativas a este Órgão de forma satisfatória.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. Essa contratação **consta no planejamento anual** como determina a Lei nº 14.133/21, Inciso II do Parágrafo 1º do art.18 da referida Lei, que indica o alinhamento com o planejamento com a administração pública.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Atender as informações e especificações descritas no objeto.

4.2. A contratada possibilitará a fiscalização pelo TI (Técnico de Informática) da contratante quanto a execução dos serviços.

4.3. A CONTRATADA compromete-se a cumprir o estabelecido.

4.4. Infraestrutura e Tecnologia:

4.4.1. A empresa deve possuir uma infraestrutura robusta e moderna, capaz de fornecer internet de alta velocidade e confiabilidade;

4.4.4. Fornecer serviço de linhas de comunicação em tecnologia em fibra ótica, incluindo todos equipamentos, instalações ou outros serviços necessários que permita o tráfego de dados, com as respectivas velocidades solicitadas;

4.4.5. Fornecer e instalar (interna e externamente) todo o meio físico necessário para o perfeito funcionamento dos serviços, incluindo todos os equipamentos para implementar os serviços de comunicação de dados;

4.4.4. A empresa deve utilizar tecnologias de última geração, internet com alta velocidade e estabilidade, com fibra ótica, para garantir a qualidade do serviço prestado.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

4.5.5. A empresa deve ter capacidade para atender à demanda de internet da Câmara, incluindo picos de utilização.

4.5.6. Fornecer o ponto concentrador da rede, no Centro de Processamento de Dados da CONTRATANTE;

4.5.7. Efetuar testes de verificação de qualidade da conexão, sempre que houver solicitação do CONTRATANTE, sem custos adicionais;

4.5.8. Utilizar a tecnologia necessária com as velocidades especificadas para a rede;

4.5.9. Providenciar a instalação de todo o cabeamento necessário, inclusive entre o quadro de distribuição interno e os equipamentos de sua propriedade.

4.5.10. A contratada deverá ainda identificar o cabo lógico utilizado para a conexão ao seu equipamento;

4.5.11. Responsabilizar-se-á integralmente pela realização de qualquer serviço ou obra de infraestrutura, tanto externa quanto internamente ao edifício do CONTRATANTE, bem como aquisição de qualquer material ou equipamento necessário para levar o circuito até a sala e o rack disponibilizada pelo CONTRATANTE.

4.6. Segurança e Suporte:

4.6.1. A empresa deve oferecer suporte técnico especializado 24 horas por dia, 7 dias por semana, para solucionar problemas técnicos e auxiliar os servidores na utilização da internet.

4.6.2. Garantir sigilo e inviolabilidade das informações que eventualmente possa ter acesso durante os procedimentos de instalação e manutenção de seus equipamentos, bem como durante a operação dos serviços.

4.7. Condições Comerciais

4.6.1. A empresa deve oferecer um preço competitivo pelo serviço prestado.

4.6.2. A empresa firmará Contrato com a Câmara com vigência de 12 (doze) meses, serviços e fornecimentos contínuos podendo ser prorrogado se for vantajoso para administração pública, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal (10 anos), desde que haja previsão no Edital.

4.6.3. Manter a regularidade das condições de habilitação durante todo o Contrato.

4.6.4. Contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

5. PESQUISA DE MERCADO

5.1. Diante das necessidades identificadas neste estudo, a resolução efetiva dessa demanda requer a contratação de empresas cujos ramos de atividade estejam alinhados com o objeto em questão.

5.2. A aquisição de serviços de acesso à internet se apresenta como uma necessidade frequente e prioritária para a administração pública, pois a internet é fundamental para o dia a dia da Câmara. **5.3.** Existe um grande número de empresas no mercado que oferecem serviços de acesso à internet, desde provedores locais até grandes operadoras nacionais, não havendo, portanto, restrições de mercado.

5.4. Em cumprimento ao artigo 23, §1º, da Lei 14.133/2021, para verificar o preço praticado no mercado, levantamento do preço médio e estimativa para essa aquisição, foi utilizado o Inciso III, IV do art.

5.5. Enviamos Solicitação de Proposta de Preços (formal) para 02 (duas) empresas do nosso município que trabalham com esses serviços e 01 (um) de outro local, para conhecimento de preço de mercado e levantamento do preço previsto para essa contratação. As empresas cotaram o objeto conforme solicitado em (anexo).

5.6. Será juntada a (NF) Nota Fiscal da empresa que já presta esses serviços aqui para essa Câmara em (anexo).

5.7. Foi realizada também uma tomada de preços através da plataforma Bolsa de Licitações do Brasil (BLL COMPRAS) com serviços de Internet Banda Larga e Internet Fibr Óptica semelhantes ao utilizado por esta Câmara Municipal. O valor levantado no (BLL COMPRAS) foi o preço médio das cotações em (anexo).

5.8. Analisando as propostas das empresas, verificou-se que a proposta da (Empresa de Serviços Telecomunicações) LIGGA, o valor da mensalidade está excessivamente elevado, comparado ao valor das outras propostas, sendo desconsiderado para soma da média do valor previsto.

5.9. O Valor Previsto para essa contratação será a média dos valores dos 02 (dois) orçamentos formais, Nota Fiscal (NF) da empresa que presta esses serviços para a Câmara ref. a mensalidade do Contrato atual e da média de 03 (três) cotações do (BLL COMPRAS).

Lei 14.1333/2021



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

Art. 23. *O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

§ 1º *No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*

II - *contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

III - *utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*

IV - *pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*

6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA

6.1. A quantidade de Internet a ser contratada para a Câmara Municipal foi definida com base no que já é utilizado por esse órgão. O levantamento realizado pelo TI (Técnico de Informática) considerou que a prestação de serviços de Interconexão à rede mundial, internet banda larga, através de fibra ótica, para atender todos os setores que fazem uso destes serviços de maneira satisfatória e com qualidade, será a mesma já utilizada por esse Órgão.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O custo estimado e **VALOR MÁXIMO GLOBAL** para essa contratação é de **R\$ 5.459,04** (cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).

7.2. Para esta contratação, foram elaboradas cotações detalhando os serviços de internet a serem contratados, incluindo descrição, quantidades, preços unitários e valor total estimado, conforme tabela:

LOTE 1

ITEM	DISCRIM.	QUANT.	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Mês	12	SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA FIBRA ÓPTICA 100 MB FULL CORPORATIVA E DEDICADA COM TAXA DE 100 MB DE DOWNLOAD 100 MB DE UPLOAD COM GARANTIA DE BANDA DE 100% (INSTALADO E ATIVADO), ENTREGUES VIA FIBRA ÓPTICA NO RACK DE TELECOMUNICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, COM 1 IP PÚBLICO FIXO IPV4 UTILIZÁVEL A SER FIXADO NO EQUIPAMENTO DA CONTRATANTE. (INCLUSO	454,92	5.459,04



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

			OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO).		
			VALOR TOTAL GLOBAL		R\$ 5.459,04

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução para atender a essa demanda é “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA COM FIBRA ÓPTICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL**”, incluindo todos os equipamentos, instalações, ativação, configuração e outros serviços necessários para o seu funcionamento, na Câmara Municipal.

8.2. Atendendo o Art. 5º da Lei 14.133/2021, o serviço solicitado destina-se a suprir as demandas do órgão para com seus servidores quanto à implementação, acompanhamento e execução das ações da entidade por necessidade do serviço, aperfeiçoamento profissional e para fins de acesso à Internet com qualidade e taxas de transmissão suficientes para o desenvolvimento das atividades diárias e as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal, vista a necessidade de transmissão ao vivo das Sessões Legislativas via internet, faz necessário link dedicado com ampla disponibilidade de internet, bem como a utilização da mesma para outros serviços essenciais desta casa de leis.

8.3. O objeto incorpora-se em um só grupo para a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública, em razão da economicidade de escala, eficiência e racionalização de custos.

8.4. Os serviços ora pretendidos enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns de uso geral, conforme Art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021.

8.5. No que diz respeito aos critérios de sustentabilidade ambiental, a contratação ora pretendida contribui na priorização da adoção de documentos na forma eletrônica, reduzindo cópias e impressões em papel e utilizando softwares e/ou aplicativos para os



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

serviços contratados, nos quais os documentos serão gerados e mantidos em sua forma digital com recursos tecnológicos de segurança da informação (Art. 144 da Lei nº 14.133/2021).

9. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1. A presente demanda possibilita a execução de todo o objeto por uma mesma empresa, pela natureza do item, razão pela qual se justifica o não parcelamento da solução.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desses serviços.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Não se identificou possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação em discussão.

11.2. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

11.3. Frisa-se que a presente contratação atende plenamente à demanda formulada, os benefícios a serem alcançados são relevantes, o custo previsto é realizável para essa aquisição e os riscos envolvidos são administráveis. Verifica-se que foram realizados os procedimentos necessários para a elaboração desse ETP (Estudo Técnico preliminar). Exposta a solução que atenderá à necessidade abordada em observância às normas vigentes, aos princípios que regem a Administração Pública e estando de acordo com o estipulado pela Lei 14.133/2021. Ressalta-se ainda que há a possibilidade de Dispensa de Licitação, agora prevista no Art. 75 da Lei 14.133/21, devido ao valor levantado para essa contratação, de acordo com Inciso II (valor reduzido) visa, em síntese, atender aos princípios de economicidade e da eficiência administrativa, evitando que os custos econômicos



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

do processo de licitação ultrapassem os benefícios que serão alcançados com a futura contratação. Por ser realizado os procedimentos de forma eletrônica, mesmo no caso de Dispensa de Licitação há grande competitividade no certame, o que vantajoso para administração. Verifica-se também que a contratação direta por meio da Dispensa de Licitação na Lei nº 14.133/2021 para contratação de serviços e fornecimentos contínuos, de acordo com o Art. 107, DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS, o Contrato com vigência de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado se for vantajoso para administração pública, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal (10 anos), desde que haja previsão no Edital. Assim a Dispensa de Licitação é vantajosa para administração pública, pois, proporcionará maior agilidade no atendimento dessa demanda, evitando burocracias desnecessárias.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Jaguapitã-PR, 22 de agosto de 2024

Eliana Beatriz Marioto Sandoli

Responsável pelo Setor de Licitação



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

ANEXO III DO EDITAL – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE:

N.º CNPJ:

ENDEREÇO

COMPLETO:

PESSOA PARA

CONTATOS:

TELEFONES:

Item	Descrição	CATMAT	Quantida de	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	--------	----------------	-------------------	-------------



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

TOTAL					XX

Valor total: xxxx,xx (por extenso).

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

Prazo de validade de: XX (mínimo 90) dias, contados da data de abertura da licitação.

--, XX de XXXX de 20224.

Representante legal

ANEXO IV DO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

DISPENSA ELETRÔNICA nº XX/2024

A CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.724.513/0001-08, sediada à Rua Amazonas, 60, Centro, nesta cidade de Jaguapitã – PR, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. MARCELO DA SILVA QUENUPE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 7.791.310-6 – SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 053.244.999-19, e do outro lado, a **EMPRESA**, CNPJ n. N.º, com sede na RUA, N.º, BAIRRO, em CIDADE/ESTADO, CEP n. N.º, fone (N.º) N.º, e-mail: EMAIL, representada por **NOME**, RG n. N.º SSP/ESTADO e CPF n. N.º, firmam a presente ata, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21, legislação correlata e com as seguintes cláusulas:

1. OBJETO

1.1. “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET PARA A CÂMARA MUNICIPAL”,



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

conforme descrito na seguinte tabela:

ITEM	DISCRI M.	QUANT.	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Mês	12	SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA FIBRA ÓPTICA 100 MB FULL CORPORATIVA E DEDICADA COM TAXA DE 100 MB DE DOWNLOAD 100 MB DE UPLOAD COM GARANTIA DE BANDA DE 100% (INSTALADO E ATIVADO), ENTREGUES VIA FIBRA ÓPTICA NO RACK DE TELECOMUNICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, COM 1 IP PÚBLICO FIXO IPV4 UTILIZÁVEL A SER FIXADO NO EQUIPAMENTO DA CONTRATANTE. (INCLUSO OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO).	454,92	5.459,04
			VALOR TOTAL GLOBAL		R\$ 5.459,04



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

1.2. 5.2. O valor máximo previsto para essa contratação é de R\$ 5.459,04 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).

1.3. As especificações técnicas do objeto, as condições de entrega, recebimento e pagamento e as obrigações contratuais são as constantes no Anexo 1 do Edital - Termo de Referência, o qual é parte integrante desta ata independentemente de transcrição.

2. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO

2.1. As contratações serão formalizadas por nota de empenho encaminhada ao e-mail do FORNECEDOR, cujo aceite deverá ser confirmado em um dia.

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano contado da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Município e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PREÇO

4.1. O preço poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) como índice de reajustamento de preço.

4.2. O preço poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa da Câmara Municipal, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, desde que observadas as disposições contidas no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21.

4.3. Quando o preço contratado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Câmara Municipal convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços contratados aos valores praticados pelo mercado.

4.3.1. O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

na licitação.

4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços contratado e o FORNECEDOR não puder cumprir o contrato, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

4.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo a Câmara Municipal a análise e deliberação a respeito do pedido.

4.4.2. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Câmara Municipal e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado no contrato, sob pena de cancelamento do contrato do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

4.4.3. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento do contrato, a Câmara poderá efetuar a revisão do preço contratado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

4.4.4. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Câmara Municipal, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, a Câmara deverá proceder à revogação do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A gestão e fiscalização deste contrato seguirá o disposto no instrumento convocatório e demais normativas pertinentes da Câmara Municipal.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

5.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados à Câmara Municipal ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. O FORNECEDOR poderá ser apenado com:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município;

6.2. Poderão ser aplicadas as seguintes multas:

6.2.1. de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

6.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

6.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega do objeto, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da Câmara Municipal.

6.2.2. de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

6.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pelo FORNECEDOR ou nos casos de cancelamento da ata ou rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

6.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata pela sua inexecução total.

6.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

corridos, apartir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

6.5. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, fica facultado à Câmara Municipal reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento do contrato.

6.6. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da Câmara Municipal, sendo o dano superior ao percentual referido.

6.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido ao FORNECEDOR.

6.8. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

6.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR à Câmara Municipal, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.10. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório ao FORNECEDOR.

7. CANCELAMENTO DO CONTRATO

7.1. O contrato com o FORNECEDOR será cancelado pela Câmara Municipal quando o FORNECEDOR:

7.1.1. for liberado;

7.1.2. descumprir as condições do Contrato, sem justificativa aceitável;

7.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste setornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. sofrer sanção em que seja declarada sua inidoneidade; e

7.2. demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento do contrato.

7.3. O contrato será cancelado, total ou parcialmente, pela Câmara Municipal:

7.3.1. pelo decurso do seu prazo de vigência;

7.3.2. se não restarem fornecedores registrados;



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

7.3.3. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas no contrato, devidamente demonstrado; e por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.4. No cancelamento do contrato do FORNECEDOR, por iniciativa da Câmara Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa, contados da notificação, pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.

7.5. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento do contrato, a Câmara Municipal, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o contrato com o FORNECEDOR preços.

7.6. A decisão de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município.

8. DA UTILIZAÇÃO DO CONTRATO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

8.1. É vedada a utilização deste contrato por órgãos ou entidades não participantes.

9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1. Este contrato e as contratações dela decorrentes se regem pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 14.133/21 e da legislação correlata e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

10. DA PUBLICIDADE

10.1. Extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Município.

10.2. Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e dos contratos, conforme a Lei n.º 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n.º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro de Jaguapitã, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

Rua Amazonas, 60 - FONE (43)3272-3299 - FONE (43)3272-1015 - CX. POSTAL 71 - CEP 86.610-000 – Jaguapitã- PR
Site: www.jaguapita.leg.br / e-mail: secretaria@jaguapita.pr.leg.br / CNPJ 01.724.513/0001-08

contrato e contratações decorrentes.

11.2. As partes firmam o presente contrato na presença de duas testemunhas.

Jaguapitã, xx de xxxxxxxx de 2024.

MARCELO DA SILVA QUENUPE

Presidente da Câmara Municipal
de Jaguapitã

NOME DA EMPRESA

NOME DO RESPONSÁVEL

Testemunhas